



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE SÃO JOÃO

VARA CÍVEL DE SÃO JOÃO - PROJUDI

Av. Irineu Sperotto, 519 - União - São João/PR - CEP: 85.570-000 - Fone: (46)3905-6620 -

Celular: (45) 3308-8345 - E-mail: sj-ju-sccrda@tjpr.jus.br

Autos n. 0000776-12.2023.8.16.0183

Autos n.: 0000776-12.2023.8.16.0183

Classe Processual: Recuperação Judicial

Assunto Principal: Classificação de créditos

Valor da Causa: R\$ 10.276.053,81

- Autor(s):
- CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO em Recuperação Judicial
 - CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO em Recuperação Judicial
 - ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES - ME em Recuperação Judicial
 - TRANSLAURA - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA em Recuperação Judicial

Réu(s): • CREMILSON VLADEMIR VOLPATTO

Vistos os autos para decisão.

1. DO RELATÓRIO

Perante a Vara Cível da Comarca de São João, CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO, CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO, ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES - ME. e TRANSLAURA - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. apresentaram, em 5.5.2023, às 16h56, "*pedido de recuperação judicial*" (autos n. 0000776-12.2023.8.16.0183) (Movimento n. 1.1), com documentação (Movimentos n. 1.2 a 1.18).

Sustentaram, em síntese, que: **[a]** são empresas familiares, que constituem um grupo econômico, em que a operação e a administração de todas as empresas é gerenciada pelo casal CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO e ELIANE VISNIESKI; **[b]** atuam no ramo de transporte rodoviário de cargas em todo o território nacional, nos segmentos de transporte de soja, adubo, milho, trigo, aveia, ração animal e combustíveis; **[c]** a primeira empresa fundada pelo grupo foi ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES, em 2018, e, posteriormente, fundaram as empresas TRANSLAURA - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. e CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO - LTDA., em 2019 e 2020, respectivamente; **[d]** são responsáveis por diversos postos de trabalho no Município de São João/PR, beneficiando mais de 50 (cinquenta) famílias; **[e]** sua crise financeira começou em 2018, logo no início de suas atividades, com a greve dos caminhoneiros e agravou-se com a pandemia causada pelo COVID-19, anunciada em 11.3.2020; **[f]** mesmo diante do caos instaurado perante o cenário político e econômico, manteve seus colaboradores contratados; **[g]** apesar dos esforços para manter suas atividades, o aumento da inflação e da taxa de juros prejudicou sua atividade principal; **[h]** obrigaram-se a ampliar sua frota de caminhões, o que culminou em um endividamento exorbitante; **[i]** em outubro de 2022, um caminhão de sua frota tombou na



região de Minas Gerais, gerando um prejuízo de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) e ficou parado por 90 (noventa) dias durante o conserto; **[j]** viram suas receitas despencar juntamente com o preço da soja, que representa 70% (setenta por cento) de seu faturamento mensal, porquanto os produtores pararam de vender, aguardando que os preços subissem, deteriorando, assim, seu caixa, atingindo-se o estado de crise financeira; e **[k]** possuem potencial para superar a crise econômica e financeira.

Requereram, por fim, fosse, preliminarmente, processado o feito.

Em decisão anterior (Movimento n. 17.1), determinou-se a realização de constatação prévia.

O perito judicial apresentou o laudo de constatação prévia (Movimento n. 22.2), com documentação (Movimentos n. 22.1, 22.3 e 22.4).

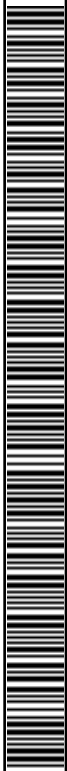
Em decisão anterior (Movimento n. 45.1): **[a]** deferiu-se a consolidação processual e a consolidação substancial dos devedores CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO, CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO, ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES - ME. e TRANSLAURA - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.; **[b]** deferiu-se o processamento do pedido de recuperação judicial dos devedores CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO, CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO, ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES - ME. e TRANSLAURA - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.; e **[c]** nomeou-se administrador judicial.

O credor BANCO VOLKSWAGEN S.A. interpôs recurso de agravo de instrumento (autos n. 0049524-42.2023.8.16.0000) contra essa decisão interlocutória, o qual, no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, teve o efeito suspensivo concedido, por decisão monocrática, a fim de determinar a realização de diligências para a avaliação concreta da essencialidade dos bens necessários à manutenção da atividade empresarial (Movimento n. 20.1 dos autos n. 0049524-42.2023.8.16.0000).

O credor BANCO VOLVO BRASIL S.A. interpôs recurso de agravo de instrumento (autos n. 0050476-21.2023.8.16.0000) contra essa decisão interlocutória, o qual, no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, teve o efeito suspensivo concedido, por decisão monocrática, a fim de determinar a realização de diligências para a avaliação concreta da essencialidade do veículo automotor FH 460 6X2T, de placas SDS-2C14, à manutenção da atividade empresarial (Movimento n. 17.1 dos autos n. 0050476-21.2023.8.16.0000).

Deu-se vista dos autos ao Ministério Público (Movimento n. 47), que se manifestou no sentido da sua não intervenção no feito, salvo nas hipóteses legais expressamente previstas (Movimento n. 69.1).

O administrador judicial promoveu a assinatura do termo de compromisso (Movimento n. 77.2).



Expediu-se edital de intimação de credores, terceiros e interessados (Movimento n. 81.1).

Os devedores: **[a]** informaram que houve a retenção pelo credor BANCO BRADESCO S.A., mediante desconto em sua conta bancária, para cobrir saldo negativo, do valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) objeto de depósito realizado em seu favor pela empresa MAHLE 10 LTDA.; e **[b]** requereram a restituição do valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) objeto de retenção pelo credor BANCO BRADESCO S.A. (Movimento n. 90.1), com documentação (Movimento n. 90.2).

O administrador judicial informou a promoção das comunicações e das divulgações legais (Movimento n. 99.1), com documentação (Movimentos n. 99.2 a 99.5).

Os devedores apresentaram o plano de recuperação judicial (Movimento n. 145.1), com documentação (Movimentos n. 145.2 a 145.5).

O administrador judicial apresentou os relatórios mensais de atividades de maio de 2023, junho de 2023 e julho de 2023 (Movimento n. 146.1), com documentação (Movimentos n. 146.2 a 146.4).

O administrador judicial apresentou a relação de credores (Movimento n. 147.1), com documentação (Movimentos n. 147.2 a 147.6).

Expediu-se edital de aviso sobre o recebimento do plano de recuperação judicial apresentado pelos devedores (Movimento n. 146.1).

O administrador judicial apresentou relatório de análise do plano de recuperação judicial (Movimento n. 152.1), com documentação (Movimento n. 152.1).

Os devedores: **[a]** alegaram a essencialidade à sua atividade empresarial dos bens de capital consistentes em veículos automotores componentes de seu patrimônio; e **[b]** requereram a determinação de não permissão, durante o período de suspensão (*stay period*), de sua venda ou retirada do estabelecimento (Movimento n. 160.1), com documentação (Movimentos n. 160.2 a 160.34).

O administrador judicial apresentou o relatório mensal de atividades de agosto de 2023 (Movimento n. 161.1), com documentação (Movimento n. 161.2).

Em decisão anterior (Movimento n. 176.1): **[a]** declarou-se ciência dos relatórios mensais de atividades de maio de 2023, junho de 2023, julho de 2023 e agosto de 2023; **[b]** determinou-se a restituição aos devedores do valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) objeto de retenção em sua conta bancária pelo credor BANCO BRADESCO S.A.; e **[c]** determinou-se a realização de diligências para a avaliação concreta da essencialidade dos bens necessários à manutenção da atividade empresarial.



Deu-se vista dos autos ao Ministério Público (Movimento n. 184), que se manifestou no sentido de não se opor ao plano de recuperação judicial (Movimento n. 193.1).

Os devedores alegaram a essencialidade à sua atividade empresarial dos bens de capital consistentes em veículos automotores componentes de seu patrimônio (Movimento n. 197.1), com documentação (Movimentos n. 197.2 a 197.187).

O credor BANCO BRADESCO S.A. opôs embargos de declaração (Movimento n. 202.1), com documentação (Movimentos n. 202.2 a 202.25).

Sustentou, em síntese, que a decisão interlocutória contém contradição, pois: **[a]** o crédito ensejador da retenção de valor na conta bancária dos devedores decorre de contrato com garantia fiduciária, o qual não está submetido à recuperação judicial; **[b]** os devedores pactuaram consigo 2 (dois) contratos com garantia fiduciária, com a consequente liberação de R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta reais) e R\$ 705.000,00 (setecentos e cinco mil reais), para a aquisição de 2 (dois) caminhões zero quilômetros, mas não pagou nenhuma parcela, sendo que, logo na sequência, ajuizou o presente o feito, com um requerimento de alto deságio, a caracterizar atitude de má-fé dos devedores; e **[c]** os devedores induziram o juízo em erro, pois alegaram a retenção de valor para cobertura de saldo devedor em conta corrente, mas não apresentaram o extrato bancário, do qual seria possível inferir que os valores retidos foram utilizados para baixa parcial do contrato de FINAME, o qual não está submetido à recuperação judicial.

Requeru, por fim, fosse conhecido e provido o recurso a fim de revogar a determinação de restituição aos devedores do valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) objeto de retenção em sua conta bancária pelo credor BANCO BRADESCO S.A.

Os devedores: **[a]** informaram que houve o ajuizamento de ação de busca e apreensão pelo credor ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. (autos n. 0001678-67.2023.8.16.0052), perante a Vara Cível da Comarca de Barracão/PR, assim o fazendo mediante a indicação de endereço errado, tendo havido a apreensão do veículo automotor VW/25.460 CTM 6x2, de placas SEC-5E73; e **[b]** requereram a restituição do veículo automotor VW/25.460 CTM 6x2, de placas SEC-5E73, pelo credor ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. (Movimento n. 214.1), com documentação (Movimentos n. 241.2 a 214.9).

O administrador judicial apresentou o relatório mensal de atividades de setembro de 2023 (Movimento n. 215.1), com documentação (Movimento n. 215.2).

A credora COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA CRESOL LIDERANÇA (CRESOL LIDERANÇA): **[a]** alegou que: **[a.1]** o plano de recuperação judicial foi apresentado em 11.9.2023, tendo o administrador judicial se manifestado em 26.9.2023, com edital de aviso de apresentação do plano publicado em 26.9.2023, tendo vencido o prazo de 30 (trinta) dias das objeções ao plano, as quais foram apresentadas por vários credores; **[a.2]** a considerar a apresentação de objeções ao plano,



deve-se convocar a assembleia-geral de credores, e, como o deferimento do processamento da recuperação judicial ocorreu em 11.7.2023, a assembleia-geral de credores, que deve ser instalada até 150 dias do deferimento, deve ser instalada até 8.12.2023, e deve ser concluída em 90 (noventa) dias; **[a.3]** as objeções ao plano de recuperação judicial devem ser apresentadas nos próprios autos principais, e não autuadas em apartado; **[a.4]** após a instauração da assembleia-geral de credores e a votação do plano de recuperação judicial, finda o período de blindagem, passando a ser irrelevante a questão da essencialidade, ou não, dos bens; **[a.5]** o devedor que requer a recuperação judicial para meramente ganhar tempo, protelando a realização da assembleia-geral de credores para se valer da blindagem legal, que vigora por 180 (cento e oitenta) dias prorrogáveis, excepcionalmente, por mais 180 (cento e oitenta) dias, não é um devedor que mostra efetivas condições de reorganização do passivo e continuidade das atividades; e **[a.6]** independentemente de eventual saldo do crédito que sobejar do valor da garantia ser mantido ou não como crédito sujeito à recuperação judicial, o que está sendo discutido nas pertinentes Impugnações Judiciais, fato é que a lei fixa datas para a consecução dos atos na recuperação judicial, as quais podem, eventualmente, ser elastecidas em casos excepcionais, o que, porém, não se verifica no caso dos autos; e **[b]** requereu a convocação da assembleia-geral de credores (Movimento n. 216.1).

Os devedores: **[a]** informaram que houve a suspensão da ordem de busca e apreensão do veículo automotor VW/25.460 CTM 6x2, de placas SEC-5E73, mas sem a determinação de sua restituição (autos n. 0107056-71.2023.8.16.0000); e **[b]** requereram a restituição do veículo automotor VW/25.460 CTM 6x2, de placas SEC-5E73, pelo credor ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. (Movimento n. 218.1), com documentação (Movimentos n. 218.2 e 218.3).

Os devedores: **[a]** alegaram que: **[a.1]** em 17.11.2023, tiveram a busca e a apreensão de um bem essencial para a realização de suas atividades, à revelia da vedação legal e judicial de que tal providência ocorresse no período de suspensão, ensejando-lhes um prejuízo, até então, de R\$ 99.257,05 (noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos), a aumentar, pois ainda não tiveram a devolução do bem; **[a.2]** ainda não foram definidas as questões referentes à essencialidade dos bens para a manutenção das suas atividades e à exclusão dos créditos da lista de credores, declarando-se todos os créditos de alienação fiduciária como extraconcursais, de modo que, enquanto isso, os credores agem de maneira agressiva na busca de seus bens e tentam inviabilizar o processo de soerguimento; e **[a.3]** estão sendo afetadas negativamente pelas fortes chuvas na região sul do País, com estradas intransitáveis, caminhões atolados, gerando quebras e ensejando custos com manutenção, além de redução de receitas; e **[b]** requereram a prorrogação do período de suspensão (*stay period*), pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias (Movimento n. 221.1).

Em decisão anterior (Movimento n. 226.1): **[a]** declarou-se ciência do relatório mensal de atividades de setembro de 2023; **[b]** conheceu-se do recurso de embargos de declaração e negou-se-lhe provimento; **[c]** determinou-se a restituição aos devedores do veículo automotor VW/25.460 CTM 6x2, de placas SEC-5E73, objeto de busca e apreensão decorrentes de ação ajuizada pelo credor ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.; **[d]** manteve-se a determinação de



autuação, necessariamente, em autos apartados, das objeções ao plano de recuperação judicial apresentadas pelos credores; **[e]** determinou-se o aguardo do curso regular da marcha processual até a efetiva aptidão do feito à convocação da assembleia-geral de credores; e **[f]** determinou-se a intimação do administrador judicial, para que se manifestasse acerca do pedido dos devedores de prorrogação do período de suspensão (*stay period*) por mais 180 (cento e oitenta) dias.

O credor BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. interpôs recurso de agravo de instrumento (autos n. 0116690-91.2023.8.16.0000) contra essa decisão interlocutória.

A credora COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA CRESOL LIDERANÇA (CRESOL LIDERANÇA) interpôs recurso de agravo de instrumento (autos n. 0003068-97.2024.8.16.0000) contra essa decisão interlocutória.

O credor BANCO BRADESCO S.A. interpôs recurso de agravo de instrumento (autos n. 0003101-87.2024.8.16.0000) contra essa decisão interlocutória.

O administrador judicial se manifestou no sentido: **[a]** do reconhecimento da essencialidade dos caminhões de propriedade fiduciária dos credores BANCO VOLKSWAGEN S.A. e BANCO VOLVO BRASIL S.A. enquanto bens necessários à manutenção da atividade empresarial; e **[b]** de não se opor ao pedido dos devedores de prorrogação do período de suspensão (*stay period*) por mais 180 (cento e oitenta) dias (Movimento n. 249.1), com documentação (Movimentos n. 249.2 e 249.3).

O administrador judicial apresentou o relatório mensal de atividades de outubro de 2023 (Movimento n. 266.1), com documentação (Movimento n. 266.2).

O credor BANCO VOLVO BRASIL S.A.: **[a]** alegou que o veículo automotor FH 460 6X2T, de placas SDS-2C14, vem sendo utilizado pela empresa ROGLIO LOGÍSTICA LTDA., a qual, porém, não integra o grupo econômico em recuperação judicial; e **[b]** requereu o não reconhecimento da essencialidade do caminhão de sua propriedade fiduciária (Movimento n. 267.1).

Vieram-me os autos conclusos, em 19.1.2024, a 1h04 (Movimento n. 269).

É o relatório possível e necessário.

Passo a fundamentar e a decidir.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Da recuperação judicial

2.1.1. O introito pertinente

A **crise empresarial** pode encontrar: **[a] solução de mercado**, que é aquela que decorre da própria atuação do mercado, sem intervenção estatal; ou **[b] solução estatal**, que é aquela que tem vez, em tese, na impossibilidade de uso das soluções de mercado, havendo: **[b.1] solução geral**, a saber, recuperação extrajudicial e recuperação judicial (Lei n. 11.101/2005), com atuação do Poder Judiciário, não como responsável pela reestruturação da atividade, mas como quem vai acompanhar a aplicação da lei; e **[b.2] solução específica**, a saber, liquidação extrajudicial (Lei n. 6.024/1974), que incide em certos ramos, tais como instituições financeiras propriamente ditas e por equiparação, em razão de seu caráter mais estratégico à economia nacional.

Sob esse prisma, a **recuperação judicial** é uma modalidade de solução estatal geral à crise empresarial que tem por **objetivo** viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica (art. 47 da Lei n. 11.101/2005).

Feita a necessária introdução, passa-se à análise da espécie.

2.1.2. O caso concreto

Na situação vertente, constata-se que há temáticas pendentes de apreciação.

Explica-se.

1. Primeiro, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em análise de recursos de agravo de instrumento (autos n. 0049524-42.2023.8.16.0000 e 0050476-21.2023.8.16.0000), determinou a realização de diligências para a avaliação concreta da essencialidade dos bens necessários à manutenção da atividade empresarial (Movimentos n. 20.1 dos autos n. 0049524-42.2023.8.16.0000; e 17.1 dos autos n. 0050476-21.2023.8.16.0000).

Por sua vez, vê-se que a Lei n. 11.101/2005 assim dispõe:

Art. 6º. A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica: [...].

II - suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência;

III - proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência. [...].



§ 7º-A - O disposto nos incisos I, II e III do caput deste artigo não se aplica aos créditos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei, admitida, todavia, a competência do juízo da recuperação judicial para determinar a suspensão dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º deste artigo, a qual será implementada mediante a cooperação jurisdicional, na forma do art. 69 da Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), observado o disposto no art. 805 do referido Código.

Art. 49. [...].

§ 3º - Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial.

A seu turno, tem-se que, na decisão que deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial (Movimento n. 45.1), assim se estabeleceu:

*[...]. f) DETERMINO, **pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias** (stay period), contados do presente decisório de deferimento do processamento da recuperação judicial, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que os devedores não tenham concorrido para a superação do lapso temporal (art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005): [...].*

f.2) a suspensão de todas as ações e as execuções ajuizadas contra os devedores, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial, permanecendo os respectivos autos nos juízos onde se processam (arts. 6º, inc. II, 52, inc. III, da Lei n. 11.101/2005), observando-se que: [...].



f.2.3) prosseguirão as ações e as execuções ajuizadas pelos credores titulares da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de bem imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, não se permitindo, contudo, durante o período de suspensão (stay period), a venda ou a retirada do estabelecimento dos devedores dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial (art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005), admitida, todavia, a competência do juízo da recuperação judicial para determinar a substituição dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o período de suspensão (stay period) (art. 6º, § 7º-A, da Lei n. 11.101/2005); [...]. (fls. 15/16 do Movimento n. 45.1, com destaque no original).

Sob esse prisma, no caso dos autos, a considerar que os devedores atuam no ramo de transporte rodoviário de cargas, os veículos automotores componentes de seu patrimônio, *a priori*, seriam bens de capital essenciais a sua atividade empresarial, não sendo possível, portanto, a sua retirada do estabelecimento dos devedores.

Contudo, em pertinente reflexão, em sede de recursos de agravo de instrumento (autos n. 0049524-42.2023.8.16.0000 e 0050476-21.2023.8.16.0000), o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná determinou a realização de diligências para a avaliação concreta da essencialidade dos bens necessários à manutenção da atividade empresarial, em síntese, sob os seguintes fundamentos:

[...]. Extrai-se dos autos que as empresas agravadas possuem cerca de vinte caminhões e o auto de constatação prévia indicou a existência de sete colaboradores do grupo empresarial, de modo que parece necessário avaliar adequadamente a essencialidade de todos os bens indicados pela parte agravada nos autos de origem. Aparentemente, é o caso de avaliar individualmente quais dos bens indicados pela parte agravada são essenciais à manutenção da atividade empresarial. [...]. (fls. 24/25 do Movimento n. 20.1 dos autos n. 0049524-42.2023.8.16.0000; e 22 do Movimento n. 17.1 dos autos n. 0050476-21.2023.8.16.0000).

Por tal razão, então, em cumprimento à determinação da decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, este juízo (Movimento n. 176.1) assim determinou:



*[...] e) DETERMINO a realização de diligências para a avaliação concreta da essencialidade dos bens necessários à manutenção da atividade empresarial (art. 6º, § 7º-A, da Lei n. 11.101 /2005), razão pela qual DETERMINO a intimação do administrador judicial, para que, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias**, promova as diligências necessárias para a avaliação concreta da essencialidade dos bens necessários à manutenção da atividade empresarial, devendo indicar, discriminadamente, aqueles tidos como essenciais e aqueles tidos como não-essenciais; [...]. (fl. 8 do Movimento n. 176.1, com destaque no original).*

Dessa feita, o administrador judicial, em cumprimento à diligência que lhe foi atribuída por este juízo, apresentou manifestação (Movimento n. 249.1), nos seguintes termos:

[...] a fim de cumprir com as determinações proferidas por este d. Juízo na decisão de mov. 176.1, esta Administradora Judicial promoveu as diligências necessárias para averiguar a essencialidade dos bens de propriedade dos credores fiduciários que se insurgiram com os termos da decisão de mov. 45.1, uma vez que foram os únicos que se insurgiram, até o presente momento, com a declaração de essencialidade dos veículos que garantem os contratos por eles firmados com as Recuperandas.

Dito isto, tem-se que o Banco Volkswagen S.A. possui qualidade de Credor das Recuperandas em razão das quatro Cédulas de Crédito Bancário emitidas em seu favor, sendo todas garantidas por alienação fiduciária, quais sejam:

i) CCB n. 48125856 garantida pelo seguinte bem: marca Volkswagen, modelo TKS - 25.460 Constellation Trac, ano fabr. 2022, ano mod. 2023, cor branco-geada e chassi: 953698TK6PR019066;

ii) CCB n. 48622671 garantida pelo seguinte bem: modelo Graneleiro 4E (c /Pneus), ano fabr. 2022, ano mod. 2023, cor preta e chassi: 9ADG1354NPM516459;

iii) CCB n. 48691169 garantida pelo seguinte bem: marca Volkswagen, modelo TKS - 25.460 Constellation Trac, ano fabr. 2022, ano mod. 2023, cor Azul-Unique e chassi 953698TK7PT024146; e



iv) CCB n. 48691207 garantida pelo seguinte bem: marca Volkswagen, modelo TKS - 25.460 Constellation Trac, ano fabr. 2022, ano mod. 2023, cor Cinza-Cosmos e chassi 953698TK5PR025148.

Muito embora nas manifestações de mov. 160 e mov. 197 não possibilitem a fácil e clara compreensão de quais são os veículos de propriedade fiduciária do Banco Volkswagen S.A., esta Administradora Judicial, a partir da numeração do chassi de cada um dos veículos acima detalhados, promoveu a identificação de suas respectivas placas.

A fim de que não recaiam dúvidas sobre as diligências empenhadas, partindo-se do que nos autos consta, a informação ora prestada pode ser facilmente comprovada através de rápida busca do detalhamento contido nos documentos juntados pelas Recuperandas aos movs. 1.15 e 1.16.

Deste modo, tem-se que as placas dos veículos alienados fiduciariamente em favor do Banco Volkswagen S.A. são as seguintes:

- i) **Placa SDT-9B86:** referente à CCB n. 48125856;
- ii) **Placa SEC-0G73:** referente à CCB n. 48622671;
- iii) **Placa SEB-8J84:** referente à CCB n. 48691169; e
- iv) **Placa SEC-5E74:** referente à CCB n. 48691207.

Realizado estes esclarecimentos necessários, em análise não somente aos documentos constantes nos autos, mas também àqueles fornecidos pelas Recuperandas nas diligências empenhadas, constatou-se o delineado infra.

- **Veículo de placa SDT-9B86** (marca Volkswagen, modelo TKS – 25.460 Constellation Trac, ano fabr. 2022, ano mod. 2023, cor branco-geada e chassi: 953698TK6PR019066), documentos colacionados aos movs. 197.53 a 197.64, **garantia da CCB n. 48125856**:

De acordo com informações mais atualizadas até a data da presente manifestação, as Recuperandas informaram que este veículo está em atividade com a empresa Roglio e, em 09/12/2023, se encontrava em circulação na BR 116, no Município de Lages, no Estado de Santa Catarina.



As fotos do veículo, bem como a tela do sistema de rastreo utilizado pela empresa para a qual se presta o serviço de transporte estão anexadas à presente manifestação.

- Carga Semirreboque de placa SEC-0G73 (modelo Graneleiro 4E (c /Pneus), ano fabr. 2022, ano mod. 2023, cor preta e chassi: 9ADG1354NPM516459), documentos colacionados aos movs. 197.5, 197.6 e 197.76, garantia da CCB n. 48622671:

Foi informado pelas Recuperandas que este Semirreboque está atrelado ao Veículo de placa SEB-8J84, cuja propriedade fiduciária também é do Banco Volkswagen S.A., e sobre o qual esta AJ passará a discorrer no tópico seguinte. A foto do bem está anexada à presente manifestação.

- Veículo de placa SEB-8J84 (marca Volkswagen, modelo TKS – 25.460 Constellation Trac, ano fabr. 2022, ano mod. 2023, cor Azul-Unique e chassi 953698TK7PT024146), documentos juntados aos movs. 197.2, 197.3, 197.5, 197.6, 197.153, 197.156, 197.160, 197.164, 197.166, 197.167, 197.169, 197.170, 197.171, 197.173 e 197.176 a 197.179, garantia da CCB n. 48691169:

De acordo com informações mais atualizadas até a data da presente manifestação, as Recuperandas informaram que este veículo está em atividade e, em 09/12/2023, se encontrava em circulação no Distrito Industrial II, no Município de Araraquara, no Estado de São Paulo.

As fotos do veículo, bem como a tela do sistema de rastreo utilizado pelas Recuperandas estão anexadas à presente manifestação.

Oportuno salientar que, conforme descrito no tópico anterior, este veículo, de acordo com as informações das Recuperandas, é o "cavalo mecânico" ao qual está atrelado o Semirreboque de placa SEC0G73.

- Veículo de placa SEC-5E74 (marca Volkswagen, modelo TKS – 25.460 Constellation Trac, ano fabr. 2022, ano mod. 2023, cor Cinza-Cosmos e chassi 953698TK5PR025148), documentos juntados aos movs. 197.132, 197.133, 197.143 a 197.152, garantia da CCB n. 48691207:

De acordo com informações mais atualizadas até a data da presente manifestação, as Recuperandas informaram que este veículo está em atividade e, em 09/12/2023, se encontrava em circulação no Município de Santarém, no Estado do Pará.



As fotos do veículo, bem como a tela do sistema de rastreo utilizado pelas Recuperandas estão anexadas à presente manifestação.

*Nada obstante, esta Administradora Judicial passa à análise do veículo do **Credor Banco Volvo (Brasil) S/A.***

*- **Veículo de placa SDS-2C14** (caminhão FH 460 6x2 da marca Volvo, ano /modelo 2022/2022), documentos juntados aos movs. 197.8 a 197.24, **garantia da CCB n. 870635**:*

De acordo com informações mais atualizadas até a data da presente manifestação, as Recuperandas informaram que este veículo está em atividade com a empresa Roglio e, em 09/12/2023, se encontrava em circulação no Município de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.

Conforme pôde-se constatar por esta Administradora Judicial, e para que se faça demonstrado ao Ilmo. Magistrado e Desembargadores, seguem anexos fotos compiladas e localização dos bens elencados alhures.

Posto isto, das diligências realizadas por esta Administradora Judicial, assim como em estrita observância a cada um dos documentos anexados pelas Recuperandas aos autos, constata-se que elas lograram êxito em comprovar a essencialidade dos bens gravados com cláusula de garantia fiduciária em favor dos Credores que os reclamam, uma vez que todos eles estão em circulação, não somente cumprindo com a finalidade para a qual foram adquiridos, mas também com a atividade econômica desempenhada pelas Recuperandas, qual seja "transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional".

Ademais, não resta margem para dúvidas de que sendo a atividade empresarial fim das Recuperandas pautada no transporte de cargas por via terrestre, a retirada dos caminhões em análise inviabilizará a continuidade dos contratos de prestação de serviços e, sobretudo, seu processo de soerguimento.

Desta forma, caso haja a retirada da posse das Recuperandas dos veículos em pauta, por consequência lógica, sua atividade empresarial - transporte rodoviário -, será paralisada, mesmo que parcialmente, afetando intrínseca e gravemente seu faturamento.

Deve recair, portanto, a ressalva prevista no § 3º, do art. 49, da Lei 11.101 /2005: [...].



*Em virtude de todo o exposto, o entendimento desta Administradora Judicial é de que **os caminhões de propriedade fiduciária dos Credores Banco Volkswagen S.A. e Banco Volvo (Brasil) S/A são essenciais para a continuidade da atividade empresarial das Recuperandas, devendo a posse dos referidos bens permanecerem em seu poder, tal como já ponderado por este d. Juízo na decisão de mov. 45.1. [...]. (fls. 7/12 e 15 do Movimento n. 249.1, com destaque no original).***

Ora, a manifestação do administrador judicial, porquanto extremamente detalhada e completa, sustenta-se por si própria, confirmando, em análise concreta e individualizada, que os veículos automotores acima referidos componentes do patrimônio dos devedores são bens de capital essenciais à sua atividade empresarial, não sendo possível, portanto, a sua retirada do estabelecimento dos devedores, sob pena de se inviabilizar a continuidade dos contratos de prestação de serviços e, sobretudo, o próprio processo de soerguimento.

Logo, cabível a declaração da essencialidade à sua atividade empresarial dos veículos automotores componentes do patrimônio dos devedores, não sendo possível, portanto, durante o período de suspensão (*stay period*), a sua venda ou a sua retirada do estabelecimento dos devedores.

2. Segundo, os devedores alegaram que: **[a]** em 17.11.2023, tiveram a busca e a apreensão de um bem essencial para a realização de suas atividades, à revelia da vedação legal e judicial de que tal providência ocorresse no período de suspensão, ensejando-lhes um prejuízo, até então, de R\$ 99.257,05 (noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos), a aumentar, pois ainda não tiveram a devolução do bem; **[n]** ainda não foram definidas as questões referentes à essencialidade dos bens para a manutenção das suas atividades e à exclusão dos créditos da lista de credores, declarando-se todos os créditos de alienação fiduciária como extraconcursais, de modo que, enquanto isso, os credores agem de maneira agressiva na busca de seus bens e tentam inviabilizar o processo de soerguimento; e **[c]** estão sendo afetadas negativamente pelas fortes chuvas na região sul do País, com estradas intransitáveis, caminhões atolados, gerando quebras e ensejando custos com manutenção, além de redução de receitas, e requereram a prorrogação do período de suspensão (*stay period*), pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias (Movimento n. 221.1).

Por sua vez, vê-se que a Lei n. 11.101/2005 assim dispõe:

Art. 6º. [...].

*§ 4º - Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do **caput** deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da*



recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal.

A seu turno, tem-se que, na decisão que deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial (Movimento n. 45.1), assim se estabeleceu:

*[...]. f) DETERMINO, **pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias** (stay period), contados do presente decisório de deferimento do processamento da recuperação judicial, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que os devedores não tenham concorrido para a superação do lapso temporal (art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005): [...]. (fl. 15 do Movimento n. 45.1, com destaque no original).*

Sob esse prisma, no caso dos autos, a considerar o deferimento da recuperação judicial em 11.7.2023, bem como a contagem em dias corridos (art. 189, § 1º, inc. I, da Lei n. 11.101/2005), o período de suspensão (stay period) de 180 (cento e oitenta) dias findaria em 7.1.2024, último dia antes do retorno das atividades após o recesso forense.

Por sua vez, nada obstante razoáveis, *a priori*, as razões apresentadas pelos devedores à fundamentação de seu pleito de prorrogação do período de suspensão (stay period) por mais 180 (cento e oitenta) dias, antes de se deliberar, sendo o administrador judicial o profissional com conhecimento técnico especializado que acompanha, de perto, as atividades dos devedores, de modo que poderá se manifestar, de forma mais qualificada, acerca da verossimilhança dos argumentos postos e, assim, da pertinência do alongamento postulado, este juízo (Movimento n. 226.1) determinou a sua oitiva prévia:

*[...]. f) DETERMINO a intimação do administrador judicial, para que, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias**, manifeste-se, enquanto profissional com conhecimento técnico especializado que acompanha, de perto, as atividades dos devedores, acerca do pedido dos devedores de prorrogação do período de suspensão (stay period) por mais 180 (cento e oitenta) dias, especialmente sobre a verossimilhança dos argumentos invocados pelos devedores e, também, informando se, de algum modo, os devedores concorram para a superação do lapso temporal; [...]. (fls. 18/19 do Movimento n. 226.1, com destaque no original).*



Dessa feita, o administrador judicial, em cumprimento à determinação deste juízo, apresentou manifestação (Movimento n. 249.1), nos seguintes termos:

[...]. Da análise do que nos autos consta, verifica-se que as Recuperandas pleitearam a prorrogação do stay period por mais 180 (cento e oitenta) dias, conforme autoriza o § 4º, do art. 6º, da Lei 11.101/2005 (mov. 221.1).

Denota-se da decisão de mov. 45.,1, que este d. Juízo deferiu o processamento da presente Recuperação Judicial na data de 11/07/2023, nos termos do art. 52, III, da Lei 11.101/2005.

Deste modo, tem-se que o prazo do stay period continua vigente, se encerrando somente em 07/01/2024. Acerca da possibilidade da prorrogação de referido prazo, verifica-se que até o presente momento, não se identificou qualquer ato protelatório praticado pelas Recuperandas, motivo pelo qual esta Administradora Judicial entende pela possibilidade de deferimento do pleito por elas formulado.

Isto porque as Recuperandas têm apresentado tempestivamente as documentações contábeis tempestivamente, contribuindo, inclusive, com a apresentação dos Relatórios Mensais de Atividades pela AJ, promoveram a apresentação do Plano de Recuperação Judicial e os demais cumprimentos das diligências e prazos oriundos do presente feito recuperacional.

Ademais, restando escoado o prazo para Objeções ao PRJ, vislumbra-se que nos autos ainda pendem decisões importantes, tal como exposto por este d. Juízo na decisão de mov. 226.1, até que o feito esteja apto à convocação da Assembleia Geral de Credores, razão pela qual não se vislumbra prejuízo na prorrogação requerida.

Neste diapasão, diante do permissivo legal previsto pelo art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005 e em apreço ao princípio da preservação da empresa positivada pelo art. 47 da mesma legislação, considerando que não foram identificados quaisquer atos de procrastinação por parte das Recuperandas que tenham concorrido para a superação do lapso temporal, esta Administradora Judicial não se opõe a dilação do stay period previsto pelo art. 6º, § 4º da Lei 11.101/2005 pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias. [...]. (fls. 15/16 do Movimento n. 249.1, com destaque no original).



Ora, a manifestação do administrador judicial, porquanto extremamente detalhada e completa, sustenta-se por si própria, confirmando a verossimilhança dos argumentos invocados pelos devedores e, também, que os devedores não concorreram para a superação do lapso temporal, razão pela qual se faz pertinente a prorrogação do período de suspensão (*stay period*) por mais 180 (cento e oitenta) dias.

A seu turno, nada obstante já tenha cessado o período de suspensão (*stay period*) em 7.1.2024, estava pendente de análise o pleito de sua prorrogação, que foi formulado tempestivamente pelos devedores, mas que, mesmo tendo o administrador judicial, com a exemplar diligência que lhe tem sido própria, apresentado sua manifestação a tempo e a modo, ainda assim não foi possível analisar antes do recesso forense e do período legal de suspensão de prazos, pelo volume exacerbado de trabalho a que está acometido o cartório deste juízo, fazendo com que os autos fossem encaminhados conclusos apenas em 19.1.2024, sexta-feira última, o que, porém, não pode prejudicar os devedores, de modo que a prorrogação deve ter efeitos retroativos a 8.1.2024.

Logo, cabível a prorrogação do período de suspensão (*stay period*) por mais 180 (cento e oitenta) dias, com efeitos retroativos a 8.1.2024.

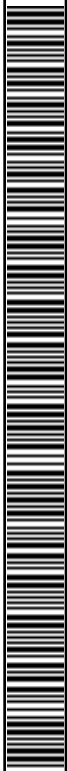
3. Terceiro, os credores BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. (autos n. 0002615-72.2023.8.16.0183), COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO IGUAÇU (SICREDI IGUAÇU PR/SC/SP) (autos n. 0002614-87.2023.8.16.0183) e ITAU UNIBANCO S.A. (autos n. 0002509-13.2023.8.16.0183) apresentaram objeções ao plano de recuperação judicial apresentado pelos devedores (Movimento n. 145.1).

Por sua vez, vê-se que a Lei n. 11.101/2005 assim dispõe:

Art. 56. Havendo objeção de qualquer credor ao plano de recuperação judicial, o juiz convocará a assembleia-geral de credores para deliberar sobre o plano de recuperação.

Sob esse prisma, no caso dos autos, houve a deliberação, no presente decisório, acerca das temáticas então pendentes de análise no feito atinentes à essencialidade dos bens de capital e à prorrogação do período de suspensão (*stay period*), de modo que, porquanto apresentadas objeções ao plano de recuperação judicial pelos credores acima nominadas, verifica-se a aptidão do feito à convocação da assembleia-geral de credores, sendo que a pendência de discussão acerca da existência, da quantificação ou da classificação de créditos não prejudica a sua realização (art. 40 da Lei n. 11.101/2005).

Logo, cabível a convocação da assembleia-geral de credores.



Assim, cabíveis: **[a]** a declaração da essencialidade à sua atividade empresarial dos veículos automotores componentes do patrimônio dos devedores, não sendo possível, portanto, durante o período de suspensão (*stay period*), a sua venda ou a sua retirada do estabelecimento dos devedores; **[b]** a prorrogação do período de suspensão (*stay period*) por mais 180 (cento e oitenta) dias, com efeitos retroativos a 8.1.2024; e **[c]** a convocação da assembleia-geral de credores.

3. DO DISPOSITIVO

À vista do exposto:

a) DECLARO ciência do relatório mensal de atividades de outubro de 2023 (Movimento n. 266.1);

b) DECLARO ciência da interposição dos recursos de agravo de instrumento (art. 1.018, *caput* e §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil);

c) MANTENHO a decisão interlocutória agravada por seus próprios fundamentos (art. 1.018, § 1º, do Código de Processo Civil);

d) DECLARO a essencialidade à sua atividade empresarial dos veículos automotores componentes do patrimônio dos devedores, não sendo possível, portanto, durante o período de suspensão (*stay period*), a sua venda ou a sua retirada do estabelecimento dos devedores (art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005);

e) PRORROGO o período de suspensão (*stay period*) por mais 180 (cento e oitenta) dias, **com efeitos retroativos a 8.1.2024** (art. 6, § 4º, da Lei n. 11.101/2005);

f) CONVOCO a assembleia-geral de credores (art. 56, *caput*, da Lei n. 11.101/2005), observando-se que:

f.1) a assembleia-geral será presidida pelo administrador judicial (art. 37, *caput*, da Lei n. 11.101/2005); e

f.2) DETERMINO:

f.2.1) a intimação do administrador judicial, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente minuta de edital, nos termos da lei (art. 36, incs. I a III, da Lei n. 11.101/2005); e

f.2.2) após a apresentação da minuta, a expedição de edital, com publicação no Diário da Justiça Eletrônico e na página eletrônica do administrador judicial, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias (art. 36, *caput*, da Lei n. 11.101/2005), contendo:



f.2.2.1) o local, a data e a hora da assembleia em 1ª (primeira) e 2ª (segunda) convocações, não podendo a 2ª (segunda) ser realizada menos de 5 (cinco) dias depois da 1ª (primeira) (art. 36, inc. I, da Lei n. 11.101/2005);

f.2.2.2) a ordem do dia (art. 36, inc. II, da Lei n. 11.101/2005); e

f.2.2.3) o local onde os credores poderão, se for o caso, obter cópia do plano de recuperação judicial a ser submetido à deliberação da assembleia (art. 36, inc. III, da Lei n. 11.101/2005); e

g) DETERMINO, também, a comunicação ao relator dos recursos de agravo de instrumento (autos n. 0049524-42.2023.8.16.0000, 0050476-21.2023.8.16.0000, 0116690-91.2023.8.16.0000, 0003068-97.2024.8.16.0000 e 0003101-87.2024.8.16.0000) no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná acerca da prolação da presente decisão.

Cumram-se as determinações normativas pertinentes da Corregedoria-Geral da Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

Por fim, com as cautelas de estilo, oportunamente, retornem os autos conclusos.

São João/PR, data da assinatura digital.

(Assinado digitalmente)

LEONARDO MARCIO LAUREANO

Juiz de Direito

